

Elizabeth Chalmers Macknight, *Nobility and patrimony in modern France, Manchester, Manchester University Press, 2018, 306 p.*

Elizabeth Chalmers Macknight é professora associada da Universidade de Aberdeen, no Reino Unido, onde presentemente leciona História Europeia. A sua atividade científica denota uma grande amplitude temática, abordando temas de História Social, da Nobreza, Económica, Agrícola e Religiosa num período cronológico balizado entre o século XVIII e XX, nas áreas geográficas da Irlanda, Escócia e França. Contudo, é na análise da nobreza francesa que a autora detém as suas obras mais recentes, onde destacamos *Aristocratic Families in Republican France, 1870-1940* (2012) e a obra aqui em apreço¹.

A obra que aqui se aborda nasce da preocupação e vontade da autora em produzir uma nova leitura e análise das nobrezas provincial e fundiária de França no período cronológico compreendido entre 1789 e 2010 através da sua relação com o seu património, baseando-se na documentação disponível em arquivos familiares. Aborda uma nobreza local e provincial, afastada do centro do poder régio (Paris), que era proprietária de terras e possuía *chateaux* como residências familiares. Esta nobreza, diferente da alta nobreza, sediada em Paris e Versalhes e da nobreza política, detentora de ofícios patrimoniais, vivia da exploração do seu património e respetivas rendas.

Afastando-se da historiografia tradicional sobre a nobreza, a autora propõe-se demonstrar ao longo de oito capítulos que a nobreza francesa não desapareceu com as convulsões políticas que se seguiram à revolução francesa, conseguindo adaptar-se às diversas adversidades e conjunturas políticas recorrendo a vários mecanismos legais. Deste modo, nos primeiros quatro capítulos a análise é norteadada por uma abordagem social e jurídica do tema, onde a autora demonstra as estratégias usadas pela nobreza fundiária para a preservação, aumento ou reconstrução do seu património, bem como a sua sucessão e transmissão. Nos restantes capítulos, a autora aborda a questão do ponto de vista social, concertada com uma história política e cultural. Contudo, estes podem ser divididos em duas partes distintas.

O capítulo cinco e seis são focados na conceção de propriedade e na importância das residências senhoriais e respetivos jardins. Esta união entre a propriedade e *château* é percecionada como núcleo identitário da nobreza, vital à manutenção da sua posição social e financeira, tal como a sua memória coletiva e familiar. O século XX é o pano de fundo para os últimos capítulos. Nes-

¹ Currículo da autora consultado em <https://abdn.pure.elsevier.com/en/persons/elizabeth-chalmers-macknight/publications/> a 31-05-2019 às 16:07.

tes, a análise recai sobre as dificuldades e destruição que as guerras mundiais causaram no património nobiliárquico e demonstra-se como várias famílias, após tais acontecimentos, conseguiram através do turismo e do património cultural reinventarem-se para garantirem a sua sobrevivência até à atualidade.

Numa obra com boa organização e sistematização de conteúdos, Elizabeth Macknight começa por esclarecer na introdução os mecanismos e ferramentas concetuais e analíticas que norteiam a sua análise. Destaca-se o uso das metodologias concetuais de Pierre Bourdieu, Monique de Saint Martin e Maurice Halbwachs e do sistema legal francês, nomeadamente do Código Civil e do Património que conferem à obra o registo de estudo histórico social, jurídico, político e cultural. É igualmente importante o facto de as fontes serem apresentadas conjuntamente com a abordagem proposta. A nobreza fundiária e provincial assume-se como matriz do estudo em apreço, cujo fio condutor é a análise do grupo, da base para o topo na hierarquia social e nobiliárquica e da sua resiliência e capacidade de defesa do seu património.

No primeiro capítulo, intitulado *Protecting property during revolution*, a autora apresenta as diversas dificuldades que a nobreza francesa teve durante o período revolucionário, a Primeira República e Império na defesa do seu património e posição social. Elizabeth Macknight refere que, após a lei de 19 de junho de 1790, que aboliu o estatuto legal e jurídico da nobreza, e a lei de 17 de julho de 1793, que previa a abolição de todos os privilégios senhoriais, sem indemnização, bem como a eliminação de todos os títulos relevantes, vários nobres tiveram que fugir para reinos ou estados vizinhos. Os que ficaram tiveram muitos problemas para preservar o seu património. Além dos ataques e pilhagens que muitos *châteaux* sofreram, várias propriedades foram objeto de avaliação e consequente taxação, algo inédito para a nobreza francesa.

Perante este ataque aos seus bens e privilégios a nobreza tentou manter o seu património recorrendo a várias estratégias invocando, nomeadamente, as lacunas jurídicas do sistema legal francês. Alguns emigraram mantendo, no entanto, contacto com o seu património através de familiares ou procuradores.

Os três capítulos seguintes versam a questão da transmissão, sucessão e herança dos bens e património destas famílias.

O segundo (*Divisions of inheritance*) trata dos impactos decorrentes da abolição da primogenitura e instituição da igualdade de direitos entre os herdeiros. Segundo a lei de 25 de março de 1800, um indivíduo não podia transmitir menos de um quarto do seu património nem mais de metade a um único herdeiro. Longe de ser uma medida pacífica, esta lei obrigou as famílias nobiliárquicas a adotar estratégias jurídicas no sentido de manter a totalidade do seu património indiviso. Uma das mais usadas consistiu na concordância de

todos os herdeiros em ceder a sua parte ao primogénito. Para algumas famílias foi uma solução para manter o sustentáculo da Casa. Noutras criou conflitos que acabaram por delapidar o património disputado.

O terceiro capítulo, *Adoption for transmission*, evidencia-nos outra estratégia. Na falta de filhos biológicos que herdassem o património familiar, algumas famílias usaram os mecanismos legais de substituição e adoção. A substituição consistia na nomeação de um indivíduo que tivesse algum laço de parentesco com a família. Todavia, esta medida foi muito pouco utilizada, acabando por ser abolida em 1792. A adoção, por sua vez, foi uma medida utilizada amplamente junto da nobreza fundiária. “The law on adoption functioned for transmission of names and titles, it did promote social mobility in some cases, and it could provide a form of socially acceptable cover for the births of illegitimate children who, without the adoption, could not inherit from their father.” (p.100). Não era, assim, necessário nenhum laço de parentesco para usufruir do estatuto de herdeiro, o que abriu as portas a qualquer indivíduo estranho à família, com ou sem sangue nobre, bastava que reunisse as capacidades e características necessárias à sucessão dos bens e património. Para a realização do processo, cumpriam-se todos os trâmites legais e construía-se uma narrativa sobre o indivíduo. Era claro o objetivo de legitimar socialmente o(a) novo(a) membro(a) e, por isso, compreensível a criação, adulteração ou ocultação do seu passado.

No capítulo quatro, *Incapacity and debt*, apresenta casos de incapacidades dos herdeiros de algumas casas nobiliárquicas para gerir o património. Numa primeira parte a autora demonstra-nos que, em determinadas situações, era necessário o titular do património ser assistido e tutelado no sentido de preservar o seu património e saúde. Casos de Jean-Baptiste de Théas, conde de Thorec, que sofria de stress pós-traumático, em consequência das guerras napoleónicas, e Alfred Emmanuel, príncipe de Croy (1811-1885), considerado mentalmente instável.

Para preservar o seu património vários membros da nobreza ao longo do século XIX contraíram empréstimos junto dos bancos, destinados a investimento financeiro, agrícola e industrial. A maior propensão ao endividamento situou-se geograficamente em Paris, onde a nobreza cidadina investia nas ações da bolsa. Pelo contrário, a nobreza fundiária e provincial, preferia um investimento agrícola, que lhes permitia um lucro moderado em anos de crescimento económico. Quando as crises económicas abalavam a França, era, no entanto, comum a alta nobreza comportar maiores perdas relativamente à nobreza provincial; ainda assim, o impacto exercido nesta pequena nobreza, era suficiente para levar alguns casos à bancarrota.

No capítulo cinco, *Landed states in Operations*, e no seis, *Residences and gardens*, o foco da análise incide na administração das propriedades. Seguindo a ordem apresentada demonstra-se a importância de uma boa gestão da(s) propriedade(s) para a manutenção do património familiar. A propriedade da terra e a sua exploração continuou a ser, para esta nobreza fundiária, a principal fonte de rendimento durante os séculos XIX e XX. Os proprietários apoiavam-se num *régisseur* (administrador) que coordenava a realização e geria os trabalhadores. Em famílias nobres mais abastadas, era comum haver vários *régisseurs* que respondiam ao chefe da família e cada um coordenava uma parcela de terra/propriedade. Uma boa relação entre o nobre e o seu *régisseur* garantia uma gestão mais eficaz, coordenada e pacífica, capaz de gerir lucros. Esta estrutura tripartida, propriedade-gestão-trabalho ou proprietários-*régisseurs*-trabalhadores, sobreviveu ao século XIX e à maior parte do século XX, existindo ainda em algumas zonas de França.

O sexto capítulo complementa o anterior entrando na esfera privada da família. O *château* e seu jardim são o tema central desta parte, embora Elizabeth Macknight pouco fale sobre a complementaridade entre os jardins e os edifícios. Seria pertinente uma exploração mais exaustiva da sua importância, como zona de lazer, que, em muitos casos, conferia uma identidade própria ao edifício. Mais que um edifício que aloja a família, a autora sublinha a sua importância para a memória individual e coletiva da família e do grupo, bem como da zona onde se insere. São dados a conhecer dois casos, o do marquês Ripert d'Alauzier's e do visconde Ludovic d'Estienne de Saint-Jean que compraram propriedades e *châteaux* por valores acima do de mercado devido ao valor simbólico para as suas famílias.

A autora dá-nos ainda conta da política encetada pelo estado francês contra várias famílias nobiliárquicas na tentativa de controlar e salvaguardar os *châteaux* como edifícios históricos e património cultural de interesse público. De notar que nos finais do século XVIII e primeira metade do século XIX, o estado francês procurou suprimir e mesmo apagar os registos e vestígios que caracterizavam a nobreza, mas, na segunda metade do século XIX e primeira do século XX, muda de estratégia. Começa a considerar os *châteaux* como edifícios de interesse e identidade nacional, característica vincada da paisagem do território francês. Por sua vez, a nobreza, tentando defender o seu património, procura manter os edifícios na esfera privada optando, sempre, pelo silêncio ou demora na resposta às entidades estatais. Em alguns casos, a nobreza obteve sucesso, devido à burocracia estatal e capacidade das famílias em restaurar e provar a sua posse. Noutros, o estado francês saiu vitorioso

porque as propriedades estavam ao abandono e as respetivas famílias foram incapazes de as manter ou restaurar.

No capítulo sete, *Holding the fort in the world wars*, a abordagem é feita em três gerações: a dos avós, a segunda geração correspondente aos pais e a terceira aos que nasceram após 1900. Englobando o período cronológico entre 1910 e 1945, a nobreza é analisada enquanto grupo social, nas suas estratégias de manutenção ou recuperação do seu património. Através do estudo do impacto das duas guerras mundiais na sociedade e território francês, apresentam-se diversos casos de sobrevivência, destruição e reconstrução de várias propriedades e *châteaux*, como o caso da marquesa de Tredicini de Sain Séverin, que precisou de vender duas propriedades para sobreviver, o estado de Candie at Chambéry-le-Vieux e a villa de Saint Séverin. O caso do barão de Fougères é diferente. Para reparar o seu *château* pediu autorização ao departamento de *Monuments historiques*, o qual foi aceite em 1912 e as obras de restauro prolongaram-se até 1925 com diversos problemas de ordem financeira e técnica. Já o *château* de Villeouët, na comuna de Chailles (Loir-et-Cher), teve um destino mais dramático. Ocupado por tropas alemãs na segunda guerra mundial, todo o seu conteúdo foi pilhado e o edifício danificado para instalar telefones, militares e armazenar material bélico. Apesar da indemnização dada pelo Terceiro Reich (1944) à família, nenhum valor foi capaz de recuperar os estragos irreversíveis no edifício e a recuperação do arquivo familiar.

O último capítulo, *Initiatives for preservation and tourism*, aborda a perceção do turismo como um dos meios de conservação, restauro e valorização do património. Muitos *châteaux* começaram a ser intervencionados com o objetivo de se tornarem museus, hotéis de turismo rural ou edifícios estatais passíveis de serem visitados parcialmente. Por outro lado, alguns *châteaux* tiveram de ser demolidos devido aos grandes danos das guerras, o que permitiu a algumas famílias serem indemnizadas pelo Estado. Outro aspeto curioso, e bem conseguido por Elizabeth Macknight, é a discussão da entrada de elementos habitualmente pertencentes à nobreza na esfera privada da sociedade. Bastantes produtos adotaram nomes de aura nobre para conferir um “enobrecimento” do produto e assim atrair a atenção do público, caso de *Duc d’Armor sardines*, *Chevalier d’Orsay aftershave*, *Princesse d’Albret perfumes*, *Monsieur de Givenchy eau de toilette*, entre outros, que passaram a entrar nas casas de toda a sociedade.

Ao longo de todo o estudo, apresenta-se a trajetória da nobreza francesa nos diferentes espaços e conjunturas de forma coerente e articulada com os objetivos propostos pela autora. O vasto suporte documental, a bibliografia usada, as opções metodológicas e concetuais, adequam-se perfeitamente ao estudo

que, como foi dito anteriormente, possui uma organização interna estruturada e bem sistematizada. Ainda assim, importa anotar uma observação. Devido às dimensões de França e à multiplicidade de famílias nobiliárquicas que existiram, parece-nos insuficiente que os exemplos dados (em muitos casos pontuais) pela autora nos diversos capítulos possam ser referência ou mesmo linhas gerais aplicáveis para todo o reino. Neste ponto, entendemos que a autora procurou uma análise abrangente, em detrimento de uma análise mais profunda que decorreria do estudo de uma determinada região ou província.

Esta última observação não retira mérito à obra, nem ao seu relevante interesse. Este livro constitui, assim, um interessante e pertinente estudo sobre um período histórico pouco tratado pela historiografia referente à nobreza, caso da portuguesa, demonstrando ainda a alteração de significados do património da nobreza. De sustentação material e simbólica da Casa, os *châteaux* transformaram-se num bem público que se assume como uma herança material e imaterial da sociedade francesa.

DIOGO FILIPE MATIAS MARQUES
Doutorando em História – FLUC
Colaborador do CHSC-FLUC
diogo.fmm@sapo.pt